

O risco da evasão

01-Nov-2008

Crianças e adolescentes que faltam demais à escola ou já abandonaram os livros estão mais vulneráveis à violência, reconhecem especialistas. Família tem papel fundamental na garantia do direito ao estudo

Erika Klingl

Da equipe do Correio Braziliense

Renato atirou em Erika. Fugiu com Lúcio* e, no meio da fuga, entregou a arma para Vinícius*.

Erika Matos Alberto morreu. O corpo da menina de 14 anos ficou caído na rua a 150m do Centro de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, onde estudava. Renato de Souza Ramos, 19 anos, foi preso e os dois amigos, por terem menos de 18 anos, apreendidos na Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente. Os personagens dessa tragédia, que chocou Planaltina e o DF, constam do banco de matrículas da rede pública de ensino. Mas, nos últimos dias, os três acusados pela morte de Erika eram vistos mais freqüentemente nos arredores da escola do que na sala de aula.

Lúcio*, 12 anos, matriculado na 5ª série do ensino fundamental, tem 320 faltas no diário escolar, o equivalente a 54 dos 143 dias letivos dos três primeiros bimestres deste ano. Vinícius, 15, estudante da 4ª série do ensino fundamental, não foi a 27 dias letivos. Renato, aluno da educação de jovens e adultos (EJA) desde 7 de julho deste ano, estava com o nome na chamada de classe, mas nunca assistiu às aulas.

Renato e Lúcio já perderam o ano por faltas e Vinícius está no mesmo caminho. Eles fazem parte de uma alta estatística no DF. Quase 60% dos estudantes da EJA abandonam a escola antes de terminar os estudos. No ensino médio, o percentual chega a 15%. Apesar de alto, os índices estão, de acordo com o secretário de Educação, José Luiz Valente, na média nacional. Em entrevista ao Correio, ele admite que a escola falha em não ser interessante o suficiente para competir com os atrativos das ruas (leia abaixo).

A ausência dos três garotos nas salas de aula pode parecer coincidência, mas, para educadores e até mesmo para gestores da rede pública, há relação entre a evasão escolar e a violência. Por relação, entenda-se: muitas crianças e adolescentes deveriam estar no sistema de ensino, mas não têm acompanhamento familiar para que esse direito esteja garantido. Além disso, a escola não consegue atraí-los. Tais fatores deixam os jovens vulneráveis tanto a perigos externos como a se envolver em atos violentos.

“Os alunos que dão trabalho na escola não podem simplesmente ser excluídos porque a educação é uma das principais formas de inserção de crianças e adolescentes na rede de proteção que vai resultar na cidadania desses brasileiros”, observa o professor Aristides Moíses, sociólogo da Associação Brasileira de Psicopedagogia. O problema, segundo ele, é que os colégios não estão preparados para lidar com o agravamento da violência e acabam marginalizando ainda mais os jovens. “É necessário que a sociedade faça um mutirão para recuperar o papel social das escolas. A participação dos pais é fundamental.” Na realidade, a participação dos pais é uma determinação legal (leia O que diz a lei).

O diretor da Regional de Ensino, Adimário Barreto, alega que, em se tratando de Renato, assassino confesso de Erika, havia pouco o que a escola pudesse fazer. “Por ele ser maior de idade, não podemos chamar família ou Conselho Tutelar para denunciar a ausência na sala de aula. No caso dos dois menores, as medidas foram tomadas”,

afirma, referindo-se ao fato de a direção da escola ter chamado a família e os conselheiros. “Mas não tivemos retorno”; lamenta.

* Nomes trocados em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Entrevista - José Luiz Valente

Desafio é tornar o colégio “mais legal”;

Breno Fortes/CB/D.A Press - 10/7/08

Os alunos enxergam poucos motivos para freqüentar a sala de aula. É por isso que a evasão entre os mais velhos é tão alta. A leitura é do secretário de Educação, José Luiz Valente. Ele aposta na estratégia de tornar a escola mais atraente que as ruas para evitar os altos índices de falta que terminam com o abandono da sala de aula. “O plano da Secretaria de Educação é fazer a escola ficar mais legal para que os estudantes encontrem razão para ficar nela, freqüentar a aula e não se meter em confusão na rua.” De acordo com ele, o governo vai investir em projetos que tornem o aprendizado mais interessante.

Como é possível que os alunos faltem aula dessa maneira, a ponto de abandonar a escola?

A rua é mais atraente do que a sala de aula. Temos que lutar para que a sala de aula consiga ter atrativos suficientes para competir com a rua. O plano da Secretaria de Educação é fazer a escola ficar mais legal para que os estudantes encontrem razão para ficar nela, freqüentar a aula e não se meter em confusão na rua.

Qual o origem desse problema?

A meninada não enxerga razão para ficar na escola. Precisamos criar condições para que o aprendizado seja mais interessante, como é o caso do Ciência em Foco ou de laboratórios de informática. Dessa forma, teremos uma mudança de conduta da juventude.

A secretaria acaba de firmar um contrato de R\$ 12 milhões com a Unesco para financiar projetos nesse sentido.

O que mais a secretaria pode fazer?

O ideal é que exista uma sensação de pertencimento das crianças e adolescentes com o ambiente escolar. Nesse sentido, vamos incentivar a abertura de grêmios escolares. Isso ajudaria em duas frentes distintas. A primeira é a garantia de que eles se sintam representados e tenham as demandas ouvidas. Mas tão importante quanto isso é a seleção de lideranças escolares, para que a conversa com os jovens ocorra em outra perspectiva. Dessa maneira, a mediação de conflitos será muito mais eficiente.

Os casos mais graves estão na Educação de Jovens e Adultos. Por quê?

O grande questionamento que devemos fazer é sobre a metodologia de ensino. Se não tivermos uma metodologia diferenciada para os mais velhos ele não mais se adequará ao ensino. O que podemos fazer é aproveitar as experiências de vida dos professores e alunos e adaptá-las à sala de aula para que o aprendizado ocorra de forma mais natural. (EK)

O que diz a lei

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito à educação. O dever do Estado é assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito. A lei estende a obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e a creches e pré-escolas. Pelo ECA, os pais têm de matricular os filhos na rede de ensino. É papel dos dirigentes de instituições de ensino comunicar ao Conselho Tutelar casos de maus-tratos envolvendo alunos, faltas em série, injustificadas e evasão escolar, bem como alta repetência. O não cumprimento dessa determinação pode ser denunciado à Justiça. Comprovada a violação de direitos, o juiz poderá impor multa diária ao réu e iniciar ação civil que tem chance de resultar aos pais em perda da guarda por negligência.